

Virgílio questiona
contas bancárias
de autoridades
em paraíso fiscal

Página 5



Roosevelt Pinheiro



Para Tião Viana,
líder tucano
faz condenação
antecipada

Página 5



Roosevelt Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.766 - Brasília, quinta-feira, 21 de agosto de 2003

Senado vai debater reforma da Previdência, diz Sarney a Berzoini



Jane de Araújo

Conforme senador, embora reste pouco espaço para mudança, Casa examinará proposta com equilíbrio

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu ontem em sua casa, no café da manhã, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e senadores que apóiam o governo. Eles analisaram a proposta de reforma previdenciária, com destaque para a questão do teto salarial dos servidores de estados e municípios. Na opinião de Sarney, a reforma já foi extremamente discutida e os espaços para modificação são curtos, mas "o Senado não vai, de nenhuma maneira, deixar de participar do debate".

Página 7

CAFÉ DA MANHÃ Berzoini, Sarney, Viana e Renan analisam a proposta de reforma da Previdência

ORDEM DO DIA

Aprovada pena maior para falsificadores

Crimes contra a propriedade industrial devem ter pena aumentada para até quatro anos de reclusão.

Administração deve obedecer razoabilidade

Plenário aprova inclusão da razoabilidade entre os princípios básicos da administração pública.

Página 3

Viegas: caso do avião francês está encerrado



Márcia Kollme

Ao falar ontem na Comissão de Relações Exteriores, o ministro da Defesa, José Viegas, assegurou que está superado o incidente da presença de um avião militar francês em Manaus, em julho passado, depois do pedido de desculpas formal de Paris.

REUNIÃO Presidente da CRE, Eduardo Suplicy, ouve o ministro Viegas

Página 8

Associação de juízes apresenta proposta

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, apresentou ontem à Comissão de Legislação Participativa (CLP) anteprojeto de lei que inclui na legislação procedimentos de assistência judiciária. Ele agradeceu a abertura pelo Senado de espaço para a sociedade civil organizada.

Os membros da comissão escolheram o senador Efraim Morais (PFL-PB) para relatar a proposta. A matéria recebeu elogios do presidente da comissão, Magno Malta (PL-ES).

A CLP aprovou também requerimento de Eurípedes Camargo (PT-DF) para realização de audiência pública sobre avaliação do ensino superior.

Paulo Octávio comenta ação contra o PT



Waldemir Rodrigues
Governo do DF foi alvo de calúnia, diz Paulo Octávio

Integrante da base de apoio do governo do DF, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) comunicou que o governador Joaquim Roriz (PMDB) e a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia (PSDB) ingressaram ontem junto

ao Tribunal de Justiça com ação por calúnia e difamação contra o presidente nacional do PT, José Genoíno. A iniciativa seria resposta a denúncias veiculadas pelo partido nos meios de comunicação local contra a administração peemedebista.

Agenda

Apresentação de símbolos nacionais

Os senadores devem votar na sessão de hoje, às 14h30, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13/01, em regime de urgência, que regulamenta a forma e a apresentação dos símbolos nacionais; e o PLC nº 50/03, que prevê isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como para pessoas portadoras de deficiência física.



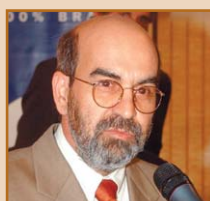
Sarney recebe presidentes da Embrapa, do Ibama e do Sebrae

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 9h30, o senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), acompanhado dos presidentes da Embrapa, Clayton Campanhola, do Ibama, Marcos Barros, e

do Sebrae, José Carlos Reston; às 11h15, Sarney participa do encerramento do seminário internacional "Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil", na Academia de Tênis, em Brasília.

Comissão de Fiscalização e Controle deve ouvir José Graziano

Para votar o Projeto de Lei do Senado nº 32/02, que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vôos comerciais interestaduais, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje, às 10h. A Comissão de Fiscalização e Controle



(CFC) realiza reunião às 11h30 para votar, entre outros, requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que convoca o ministro Extraordinário de Segurança Alimentar, José Graziano, para falar ao colegiado sobre o programa Fome Zero do governo federal.

Subcomissões temporárias escolhem presidente e vice

A Subcomissão Temporária Fome Zero se reúne hoje, às 9h30, para eleição do presidente e vice-presidente. A partir das 10h, a Subcomissão

Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática também elege seu vice-presidente e realiza reunião para examinar requerimentos,

incluindo o que propõe a realização de audiência pública para discutir o impacto da reforma tributária no setor de comunicação.



Preferência tarifária pode ser suspensa

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se a partir das 9h para analisar proposições no âmbito do Mercosul, destacando-se o PL nº 454/03, que suspende preferências tarifárias para o açúcar e produtos alimentícios que contenham 10% ou mais de açúcar em sua composição. Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento examina proposições e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nicéa Camargo fala à CPI

Na reunião de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), devem comparecer para prestar esclarecimentos ao colegiado Nicéa Camargo, ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e o médico José Ricardo Savioli.

Instalação de trabalhos

Criadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior e a Subcomissão Permanente da Amazônia se reúnem hoje, às 10h e 10h30, respectivamente, para instalação dos trabalhos e eleição dos presidentes e dos vice-presidentes.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Osmar propõe corrigir valores do Simples

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que apresentará projeto corrigindo em 80% os limites de faturamento das pequenas e microempresas, que pagam menos impostos usando o Simples – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Ele informou que os valores não são corrigidos desde 1º de janeiro de 1999, período em que a inflação somou 80%.



Rosewell Pinheiro
Valores atuais são os mesmos de 1999, diz Osmar

O limite de faturamento para as microempresas está em R\$ 120 mil anuais e o das pequenas empresas continua no valor de R\$ 1,2 milhão. Se o projeto for aprovado, os valores passam para R\$ 216 mil e R\$ 2,16 milhões.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou Osmar Dias.

Almeida Lima quer água para Sergipe

O senador Almeida Lima (PDT-SE) lamentou ontem que Sergipe não esteja incluído entre os estados que vão ser beneficiados com a construção de dois canais para abastecimento de água.



Gerardo Magalhães
Almeida Lima: apoio do governo não inclui estado

Conforme anúncio feito pelo vice-presidente da República, José Alencar, serão contemplados os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Para ele, o governo deveria também pensar em atender municípios dos estados ribeirinhos do São Francisco antes de discutir a transposição das águas para os estados mais ao norte da região.

A matéria foi discutida pelos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Alberto Silva (PMDB-PI).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aprovada pena mais dura para falsificador

Agravamento de punição dos crimes contra propriedade industrial vai agora a turno suplementar

O adoção de penas mais rigorosas para os crimes contra a propriedade industrial é o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara nº 11/2001, aprovado ontem pelo Plenário do Senado, nos termos de substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O substitutivo, que vai agora à Comissão Diretora, será submetido, depois, a votação em turno suplementar.

Durante a discussão, o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator da matéria, destacou a importância do projeto, que impõe para os autores daqueles delitos penas variando de dois a quatro anos de reclusão e multa. A proposta admite a prisão em flagrante de pessoas envolvidas com a produção



Fotos: Rosevelt Pinheiro

MUDANÇA Projeto oriundo da Câmara foi acolhido pelo Plenário nos termos de substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça

ou comercialização de produtos falsificados e concorrência desleal. Demostenes Torres destacou ainda a possibilidade de o titular do direito violado pedir à Justiça que se proceda à apreensão e destruição dos produtos falsificados ou negociados por meio de concorrência desleal.

– O projeto, de inquestionável pertinência, reduzirá sensivelmente a ocorrência de cri-

mes que são praticados em larga escala contra a propriedade industrial – afirma o senador em seu parecer.

A proposta também prevê a instauração de ação penal pública incondicionada nos casos em que a prática de delitos contra a propriedade industrial acarretar sonegação fiscal ou qualquer outro crime contra a ordem tributária ou relações de consumo.

Projetos sobre impenhorabilidade do imóvel da família retornam à CCJ

O Plenário do Senado aprovou, ontem, requerimento do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) solicitando a tramitação conjunta dos projetos de lei da Câmara (PLC 151/2001) e do Senado (PLS 145/2000 e 370/1999) que impedem que o único imóvel de família de fiador de contrato de locação seja penhorado para pagamento de dívidas do inquilino referentes ao aluguel. Com a decisão, as matérias voltam a ser examinadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), esclareceu que, com a aprovação do requerimento, foram retirados da pauta do Plenário os dois projetos de lei da Casa, de autoria dos então senadores Carlos Patrocínio e Lauro Campos, respectivamente, e que deveriam ser discutidos na sessão de ontem.

Foi acolhido ainda requerimen-

to do senador Romero Jucá (PMDB-RR) propondo o adiamento da discussão, em turno único, do parecer do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) sobre a mensagem de indicação do economista José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A votação da proposição pelo Plenário foi adiada para o dia 27.

Os parlamentares também aprovaram requerimento de iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) solicitando a retirada de outro requerimento de sua autoria pedindo que fosse enviado convite ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre a necessidade de um novo acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ideli Salvatti argumentou que já está confirmada a presença de Palocci em audiência pública da CAE.

Plenário discute mudanças nos símbolos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou ontem, em Plenário, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu parecer sobre cinco projetos de lei relativos aos símbolos nacionais. Os projetos – de nºs 13/2001, 91/2000, 657/1999, 32/2000 e 200/2000 – tramitaram em conjunto e alteram a Lei nº 5.700, de 1º de setembro 1971, que consolida a legislação sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Amanhã, o parecer será discutido em turno único.

Marcelo Crivella requereu a desanexação do Projeto nº 200, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), para que tenha tramitação independente. A proposta estabelece a substituição, na representação das Armas Nacionais, do ramo de fumo pelo de guaraná. Ele também opinou pela rejeição dos Projetos nºs 91, 657 e 32, e manteve em sua forma original o de nº 13, que foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República.



DEFESA Mozarildo Cavalcanti conversa com parlamentares e assessores sobre a proposta de sua autoria

Razoabilidade deverá ser incluída entre os princípios da administração

A proposta de emenda à Constituição (PEC nº 55/1999) que inclui o princípio da razoabilidade entre aqueles que deve obedecer a administração pública direta e indireta, em qualquer nível, foi aprovada ontem em primeiro turno pelo Senado. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), deu parecer favorável à proposta, de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), argumentando que os maiores juristas do país defendem a inclusão do princípio da razoabilidade na administração pública, que já

consta de várias Constituições estaduais, como as de São Paulo e Sergipe.

Jefferson Péres acrescentou que uma decisão administrativa pode ser legal e ética, mas não ter razoabilidade. Os princípios atualmente incluídos na Constituição federal (artigo 37) são os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Foram enviadas para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) duas outras propostas de emenda à Constituição que se-

riam votadas em primeiro turno: a de nº 36/1999, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que incorpora os conselhos e tribunais de contas dos municípios às cortes de contas estaduais. Maguito assegura que a medida trará grande economia aos estados.

A outra proposta de emenda constitucional que retorna à CCJ é a de nº 23/2003, do senador Efraim Morais (PFL-PB), que cria limites para o montante orçamentário de municípios, estados e União destinado ao pagamento de precatórios.

Voto de pesar pela morte de Schincariol

De autoria do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi aprovado na última terça-feira, pelo Plenário, requerimento solicitando voto de pesar pela morte do empresário José Nelson Schincariol, assassinado em Itu (SP). O parlamentar lembrou a origem humilde do dono da indústria de bebidas Schincariol e creditou o crescimento do negócio ao esforço do trabalhador brasileiro.

– Fará uma grande falta ao país o pioneirismo e a capacidade de liderança que transformaram José Nelson Schincariol, nesses 30 anos, em um dos maiores empresários brasileiros – afirmou o senador, informando que a cervejaria emprega mais de 6 mil trabalhadores e atua no Rio de Janeiro, Maranhão, Goiás, Bahia e, em breve, Pernambuco.

A homenagem do Senado demonstraria um repúdio à violência no país, afirmou Sérgio Guerra. Eduardo Suplicy (PT-SP) também enviou condolências à família.

Ex-funcionário da Mendes Júnior diz que empreiteira superfaturava

Controladoria vai ter acesso a sigilos bancários

■ Simeão Damasceno de Oliveira relata esquema de propina em São Paulo com recursos de obras públicas

O ex-coordenador administrativo-financeiro da Mendes Júnior Simeão Damasceno de Oliveira confirmou ontem à CPI do Banestado que passou recursos em cheques para vários doleiros. O dinheiro, afirmou, era acompanhado por bilhetes com referências a contas com os nomes, entre outros, Lespan, Campari e Maria Rodrigues. Ele também reconheceu o número de conta no MTB Bank. A revelação já havia sido feita por ele ao Ministério Público de São Paulo, que investiga o superfaturamento de obras públicas, como a construção da Avenida Águas Espraiadas na capital paulista, e o envolvimento dos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta no esquema de propina.

Segundo as investigações da CPI, Polícia Federal e Ministério Público da União, Lespan seria o nome fantasia de uma conta no Citibank de Nova York; Campari, de uma conta no



DESVIOS Damasceno (D) afirmou à CPI do Banestado que ele operava o caixa-dois da Mendes Júnior

MTB Bank de Nova York; e Maria Rodrigues, de uma pessoa que recebe recursos para depósito em contas na Suíça. As contas seriam utilizadas para receber recursos originados de corrupção.

De acordo com Damasceno, que admite ter operado o caixa-dois da empresa, a partir de comentários de empreiteiros e subempreiteiros "em cachaaças", pode-se afirmar que a obra da Avenida Águas Espraiadas deveria custar entre R\$ 250 milhões, mas teve o preço final de quase R\$ 800 milhões.

O ex-coordenador financeiro disse que o advogado José Reinaldo era a pessoa da empresa indicada para "resolver" pendências. Quem falava com o ex-prefeito Paulo Maluf, assegurou, eram os funcionários Jefferson Eustáquio e Sidnei Silveira Lobo.

Damasceno salientou que, depois de 16 anos na empresa, começou a se sentir vítima de perseguições que culminaram com quatro assaltos a seu escritório dentro da empresa. Ele também teria sido vítima de seqüestro-relâmpago, no qual

foram roubados documentos, e ameaças de morte, feitas por diretores da empreiteira.

O ex-coordenador administrativo-financeiro esclareceu que, após depor no Ministério Público, "choveram inquéritos" contra ele. Por isso, ele registrou em cartório novo depoimento, no qual não mantinha as acusações contra pessoas citadas anteriormente, entre elas Maluf. Como não tinha provas, Damasceno afirmou que se viu obrigado a retirar o que disse e que poderá fazer o mesmo "quantas vezes for necessário".

O ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, afirmou ontem à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) que obteve na Justiça autorização para ter acesso



Waldir Pires destacou trabalho realizado pela CPI

aos sigilos bancários de pessoas, investigadas pela CPI do Banestado, que possam estar envolvidas na evasão de divisas via contas CC-5. Para o senador Tião Viana (PT-AC), a medida contribui para o fortalecimento da CPI e da Controladoria.

Waldir fez balanço dos sete meses à frente do órgão. Ele disse que a meta é fiscalizar a aplicação dos recursos federais, inclusive nos municípios. César Borges (PFL-BA) mostrou-se preocupado com a atuação do órgão nos municípios, já que, notou, cabe ao TCU a competência para fiscalizá-los.

Para ACM, Waldir Pires age de forma parcial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o controlador-geral da União, Waldir Pires, está assumindo posição partidária, e não de controlador da República, quando acusa algumas prefeituras mas não consegue encontrar irregularidades nas administrações do PT. O senador afirmou que a Prefeitura de Itabuna (BA), embora denunciada pelo Ministério Público, não é investigada pelo corregedor porque o prefeito é seu amigo pessoal.

Para Antonio Carlos, é notória a parcialidade de Waldir Pires. Ele considera que a culpa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que errou ao adotar como regra a colocação de derrotados no governo.



ACM disse que Waldir Pires não investiga petista

Ex-presidente do Araucária pode ter prisão decretada

Considerado evasivo, o depoimento prestado à CPI do Banestado pelo empresário Alberto Dalcanale Neto, ex-presidente do Banco Araucária, levou os senadores Magno Malta (PL-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Eduardo Valverde (PT-RO) a pedir sua prisão em flagrante. O presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), negou a solicitação, mas recomendou ao Ministério Público a prisão preventiva do empresário.

A audiência com Dalcanale terminou na madrugada de ontem e deixou insatisfeitos os membros da CPI pelas negativas do empresário de envolvimento com doleiros e "laranjas". Mesmo confrontado com gravações de duas conversas telefônicas com personagens envolvidos em lavagem de dinheiro, Dalcanale dizia não se lembrar ou não saber quem eram seus interlocutores.

As conversas telefônicas gravadas mostram ligações entre o Araucária e o doleiro Dario Meser,



INFORMAÇÃO Ideli quer quebrar o sigilo bancário da ex-diretora do BC Tereza Grossi

do Rio de Janeiro, responsável por remessas ao exterior dos recursos dos fiscais da Receita do Rio de Janeiro. Dalcanale negou que o conhecesse ou tivesse feito operações com ele.

Ideli Salvatti comunicou à comissão que deve pedir a quebra de sigilo bancário dos ex-diretores de Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi e Cláudio Mauch, que já foram ouvidos pela CPI.

CPI oferece proteção para que depoente volte a falar

Parlamentares ofereceram proteção da CPI do Banestado para que o ex-coordenador administrativo-financeiro da Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira, revele tudo o que sabe sobre o esquema de corrupção com a participação da empreiteira. Para isso, sugeriram que Damasceno fosse ouvido em reunião secreta. "Não teria nada a acrescentar", respondeu.

Para o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), "o depoente é um importante arquivo vivo. A CPI não tem outro interesse senão protegê-lo". O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) disse que apresentará requerimento para que ele seja incluído no programa de proteção a testemunhas.

O senador Magno Malta (PL-ES) acredita que Damasceno tem mais para revelar além da existência da conta Lespan no

Citibank de Nova York. Ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o ex-funcionário informou que tem um apartamento, onde reside, e uma fazenda em Dores do Indaiá (MG).

Damasceno revelou a Romeu Tuma (PFL-SP) alguns dos códigos utilizados no superfaturamento da Avenida Águas Espraiadas. A letra "V", relatou, significava "medição de vento", ou seja, a parte da obra inexistente, superfaturada.

O ex-funcionário confirmou que trabalhou durante dois anos, de 1973 a 1974, para o extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele explicou que ficava baseado na Telesp, para levantar dados sobre "a vida pregressa dos funcionários" da empresa. O senador Heráclito Fortes assinalou que o depoente "não é nenhum neófito, mas homem amadurecido". O SNI, acrescentou, "escolhia as pessoas a dedo".



Roosevelt Pinheiro

REVÉS Demostenes: em vez de novas vagas, há mais de 600 mil sem emprego

Governo faz demagogia, diz Demostenes

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) acusou o governo Lula de demagogia, de aumentar o desemprego, de provocar uma brutal recessão econômica, de menosprezar o papel legislativo do Senado e de abusar dos recursos de *marketing* para enganar a população.

– Após queimar parte considerável do seu estoque de prestígio popular com patriarcadas que o situavam acima das forças da natureza e abaixo apenas de Deus, o presidente descobriu que a retórica salvacionista tinha também dissabores – afirmou o senador, em um discurso carregado de ironia.

Segundo Demostenes, dos 10 milhões de empregos prometidos em quatro anos, não se criou um só novo posto de trabalho, mas 600 mil perderam o emprego desde janeiro.

– As ações contra a fome estão próximas do zero, e o ministro José Graziano parece estar distribuindo alpiste para passarinho azul – disse Demostenes, para quem o governo está liquidando com o otimismo e a esperança do povo.

Na opinião do senador, o governo insiste em que a campanha eleitoral não pode parar. “Por isso, fez-se no último fim de semana um esforço publicitário espetacular, que só é feito normalmente nos finais de governo”, frisou, acrescentando que Lula foi à TV dizer que a reforma da Previdência estava concluída, “como se fosse uma dádiva do governo”, quando falta ainda a votação no Senado.

Demostenes acusou o governo de abandonar os municípios, usar politicamente os governadores e trabalhar para eleger prefeitos petistas no ano que vem. Ele elogiou apenas a ação do Ministério da Fazenda no controle da inflação e na responsabilidade fiscal.

Virgílio cobra esclarecimentos sobre contas de autoridades no exterior

Líder tucano pede à CPI do Banestado que convoque dirigentes do Banco do Brasil e do Banco Central

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem ter apresentado requerimento de convocação do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, e do diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Augusto de Oliveira Candiota, à CPI do Banestado. Ele quer que seja investigada a legalidade de contas bancárias mantidas por ambos em Nassau, nas Bahamas.

Mesmo que a Receita Federal confirme a regularidade dessas operações, Arthur Virgílio con-



Roosevelt Pinheiro

SEM MONOPÓLIO Virgílio repele “lógica perversa de que a ética pertence só ao PT”

sidera “ilegítimo” que autoridades do governo prefiram fazer investimentos fora do país. Também levanta suspeição sobre a escolha de um banco sediado em paraíso fiscal. O senador nega estar fazendo “condenação apressada”, mas sus-

tenta que, se comprovada ilegalidade, só restaria a demissão dos dois servidores.

Juros

A respeito da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir em 2,5 pontos percentuais (de 24,5% para 22% ao ano) a taxa Selic, Virgílio afirmou ser correta, mas tardia. Apesar de ter sido um “bom passo” para a quebra da “excessiva ortodoxia” do Banco Central e do Ministério da Fazenda, ele acredita que não será suficiente para impulsionar o crescimento econômico.

Ética

Virgílio rebateu a informação, que teria sido repassada pelo ministro Waldir Pires, da Controladoria Geral da União (CGU), de que 62% dos contratos firmados pelo governo

Fernando Henrique apresentariam irregularidades. Ele comentou ter a impressão de se tratar de um parecer político, e declarou “repelir com veemência a lógica perversa de que a ética pertence só ao PT, o que não é verdade”.

Em debate com os senadores petistas Tião Viana (AC) e Aloizio Mercadante (SP), Virgílio anunciou que irá sugerir um roteiro de corrupção para apuração pela CGU, a ser aberto com a “podridão de Santo André”, em alusão a irregularidades na prefeitura da cidade paulista. Ele também disse “causar espécie” o fato de a empresa do publicitário Duda Mendonça, que faz os discursos do presidente Lula, conquistar 70% da conta de publicidade do governo.

Tião Viana acusa líder tucano de “agir de maneira hostil”

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), acusou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, de “agir de maneira hostil”, ao denunciar o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Augusto de Oliveira Candiota, de terem contas correntes em Nassau, um paraíso fiscal das Bahamas.

– Foi uma condenação prévia, precipitada, que não honra a tradição do líder Arthur Virgílio, um homem prudente, que sempre recomendou prudência em denúncias – observou o senador Tião Viana.

O debate entre os líderes ocupou boa parte da sessão plenária do Senado, com intervenções simultâneas. Tião Viana salientou que o líder do PSDB “atingiu a moral” de duas autoridades do governo sem qualquer prova. Ele falou também sobre a visita do controlador-geral da União, ministro Waldir Pires, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O senador disse que Pires é um exemplo de transparência e competência e um motivo de orgulho para todo o governo.

– O ministro Waldir Pires é uma fonte de dignidade pública, um homem inatacável, e

que deu uma aula de democracia e de como deve ser a gestão pública. Pena que tenha havido debate político não tão expressivo e que atrapalhou um pouco o brilho do ministro – afirmou Tião Viana.

Queda de juros

Tião Viana aproveitou para anunciar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), tomada ontem, de reduzir em 2,5 pontos percentuais a taxa de juros Selic.

– É uma resposta aos que apregoavam o caos, a argentinização do Brasil, e um sinal de confiança na retomada do crescimento econômico, da volta



José Cruz

RESPOSTA Conforme Tião Viana, Virgílio fez “uma condenação prévia”

do Brasil aos caminhos que o levarão ao seu destino – comemorou Tião Viana.

Mercadante comemora queda de juros e prevê crescimento

Ao saudar a queda de 2,5 pontos percentuais na taxa de juros (de 24,5% para 22% ao ano), o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um balanço otimista do desempenho econômico do país nos primeiros oito meses do governo Lula. Ele salientou a posição do Brasil como maior exportador mundial de carne, álcool, açúcar, laranja e café, e a posição de destaque no comércio internacional de minério, na siderurgia, no papel e na celulose.

Mercadante acrescentou, em

seu balanço, que há dois anos o déficit em transações correntes do Brasil era de US\$ 18 bilhões, e que hoje há superávit. Lembrou, ainda, que a dívida pública, que era de 62% do Produto Interno Bruto, caiu para 52%. A inflação, frisou, teve queda substancial, e, com a redução, a taxa Selic “já é inferior ao que era no governo anterior”.

Ele observou que a redução nos juros vai significar queda de R\$ 7 bilhões na dívida pública. Na sua avaliação, o país terá agora uma fase de crescimento sustentado, com queda da inflação e aumen-



Roosevelt Pinheiro

OTIMISMO Mercadante espera aumento nos índices de emprego nos próximos meses

to nos índices de emprego.

Debate

Aloizio Mercadante participou do debate com o líder do PSDB, Arthur Virgílio, que ocupou boa parte da sessão de ontem. Virgílio

ameaçou dificultar a votação no Senado das reformas tributária e da Previdência, caso os petistas insistam com a acusação de que receberam “uma herança maldita”.

– Apelo ao líder Arthur Virgílio que olhe para a frente, que discuta o que realmente interessa, as políticas públicas, as reformas – disse Mercadante.

O senador petista frisou que “tem de haver liberdade para que a oposição critique o governo, e o governo atual critique o anterior”, mas salientou que “isso não pode ser elemento de perturbação no curso normal da governabilidade”.

Ele assinalou ainda que “ética é um patrimônio inegociável”, e que, “se houver algum corrupto no governo”, será punido e afastado.

Juiz federal considera inútil súmula vinculante

Em vez desse instituto, categoria sugere a súmula impeditiva de recurso, afirma presidente da Ajufe

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, informou que a categoria tem posição contrária à adoção da súmula vinculante. Em seu lugar, disse ele, os juizes defendem a súmula impeditiva de recursos, que evitaria decisões das instâncias

inferiores diferentes das já preferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– Nós concordamos com a idéia de que os recursos para instâncias superiores devem ser extraordinários e excepcionais, enquanto as decisões de primeiro e segundo graus deveriam ser suficientes para resolver a maioria das demandas. Por isso, os juizes são contrários à súmula vinculante, por considerá-la inútil e antidemocrática. Inútil porque os juizes já seguem as decisões dos tribunais superiores e também porque não evitará o congestionamento dos tribunais, pois as decisões só valerão para as partes do processo em questão

– salientou Domingues.

Reconheceu, no entanto, concordando com o senador Demostenes Torres (PFL-GO), que a súmula vinculante evita o excesso de ações no STF, mas não resolve o problema do grande número de ações no primeiro grau. Quanto à composição dos tribunais, ele disse que a Ajufe defende o preenchimento de dois terços das vagas do Supremo por magistrados.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) discordou da posição de Domingues. O parlamentar disse que a atuação do STF nos últimos anos tem sido correta e elogiou o atual critério de composição.



DEBATE Audiências públicas promovidas pela Comissão de Justiça têm o objetivo de recolher subsídios para aperfeiçoar a proposta

Mais transparência, a reivindicação de todos

Durante a audiência pública na Comissão de Justiça, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a adoção de mecanismos que possam garantir a transparência do Judiciário, como o exercício do controle social sobre esse Poder. Ele questionou a posição dos presidentes das associações dos juizes federais e dos procuradores da República sobre o controle externo.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Nicolao Dino de Castro, concordou com Jefferson Péres quanto à necessidade de transparência total e disse que, hoje, o controle social sobre a atuação do Judiciário pode ser feito por meio do *Diário da Justiça*. Ele defendeu, porém, publicidade mais ampla através da Internet, inclusive de dados sobre os vencimentos dos integrantes da

Justiça.

O procurador sugeriu que a reforma acrescente atribuições investigativas no âmbito criminal aos membros do Ministério Público. Segundo explicou ao relator da matéria, José Jorge (PFL-PE), seria positiva uma explicitação dessa competência, para evitar polêmica. Em resposta a Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Nicolao disse que não vê dificuldade em se tipificarem crimes de magistrados. Mas não considera necessário tratar o tema no âmbito constitucional.

Ao final da reunião, o presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), colocou em votação requerimento de José Maranhão (PMDB-PB) solicitando audiência pública com os presidentes da Associação de Magistrados Federais e da Associação de Procuradores dos Estados. O pedido foi aprovado.



POSIÇÃO Edison Lobão e José Jorge (D) ouvem opinião de procurador e juiz sobre a reforma do Judiciário

Mozarildo destaca papel da Maçonaria

Por requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), o Senado homenageou ontem a Maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Estiveram presentes no Plenário a secretária especial de Políticas para as Mulheres, ex-senadora Emilia Fernandes, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) e autoridades maçônicas, como Laelson Rodrigues, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil; Idelcides Lino de Melo, grão-mestre das Grandes Lojas de Brasília; e Hélio Leite, grão-mestre do Distrito Federal.

As linhas mestras da atuação da Maçonaria desde a antigui-



ATUAÇÃO Mozarildo Cavalcanti (E) exaltou ação social da instituição

dade, conforme Mozarildo, orientam os maçons a se devotarem na formação de cidadãos justos e operosos, que assumam o dever de trabalhar pela elevação moral e cívica da Humanidade. Os maçons acreditam em Deus, na alta destinação do homem e na essencial

preservação da família, acrescentou.

Cerca de 11 milhões de pessoas, em milhares de lojas maçônicas espalhadas pelo mundo, mantêm extenso elenco de obras sociais, voltadas para atendimento aos necessitados, disse o parlamentar.

Efraim lembra a influência da entidade

O senador Efraim Morais (PFL-PB) destacou, na homenagem prestada pelo Senado aos maçons, a influência da Maçonaria na história da civilização. Como exemplo, ele citou a participação da instituição em episódios marcantes como a Queda da Bastilha, na França; Inconfidência Mineira, Independência do Brasil, Abolição da Escravatura e Proclamação da República.

– Os Estados Unidos, que contam com mais de 15 mil lojas, quase a metade, portanto, das cerca de 34 mil existentes em todo o mundo, tiveram 14 presidentes maçons, entre os quais George Washington,



HISTÓRIA Efraim Morais lembrou presença dos maçons em importantes episódios

James Monroe, Howard Taft, Franklin Delano Roosevelt, Harry Truman e Gerald Ford.

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que os brasileiros conhecem e reconhecem o grande trabalho desenvolvido pelos maçons no país inteiro.

Crivella critica a desvinculação da CPMF

Roosevelt Pinheiro



Crivella: hospitais públicos serão prejudicados

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um apelo ontem ao ministro da Saúde, Humberto Costa, e aos parlamentares, para que examinem “com os olhos da solidariedade” a desvinculação dos recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), hoje destinados à área da saúde. Crivella justificou seu apelo afirmando que os hospitais do país se transformaram em um caso de “calamidade pública”.

Ele citou especificamente o Hospital do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj), com mais de 50 anos, que fechou suas portas, segundo noticiado pelo jornal *O Globo* na última segunda-feira. O hospital não tinha medicamentos, estava com o setor de emergência fechado há cinco meses e seus médicos e enfermeiros não se sentiam “eticamente capazes” de atender aos pacientes.

O senador disse que o Rio de Janeiro precisa receber recursos para a saúde, ressaltando que o estado “manda para Brasília”, todos os meses, R\$ 3,5 bilhões em impostos, sendo R\$ 2 bilhões só de Imposto de Renda, e recebe do Sistema Único de Saúde (SUS) apenas R\$ 100 milhões.

Parceria da CAS com TCU melhora fiscalização dos programas sociais

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), pretende firmar uma parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) com vistas ao controle social dos programas de governo. Em café da manhã no TCU, o presidente do tribunal, Valmir Campelo, apresentou à senadora a coleção de relatórios produzidos pelas auditorias da Secretaria Geral de Controle Externo e Secre-

taria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo.

O presidente do TCU também se dispôs a apoiar a CAS no acompanhamento de programas solicitados pela comissão, especialmente na área de saúde.

– É extremamente importante a abertura do TCU para a sociedade e a intenção do tribunal de estreitar os laços com o Poder Executivo e o Legislativo – disse a senadora.



Roosevelt Pinheiro

Sarney diz a ministro Berzoini que Senado vai contribuir com reforma

Presidente reúne senadores e titular da pasta da Previdência para discutir a tramitação do projeto

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, após café da manhã com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e senadores da base de apoio ao governo, em sua residência, que a Casa dará a sua contribuição no debate da proposta de reforma da Previdência, já aprovada em primeiro turno pela Câmara. Durante o encontro, o ponto mais debatido foi a vinculação do teto da remuneração dos servidores estaduais e municipais ao que ganham governadores e prefeitos.

– Essa reforma já foi extremamente debatida, e os espaços são curtos para que seja modificada, mas, até mesmo para que o Senado se convença de que deve aprová-la como está, é necessário que se faça o debate dentro da Casa. O Senado não vai, de nenhuma maneira, deixar de participar do debate



Jane de Araújo

POSIÇÃO No café da manhã, Ricardo Berzoini (de pé) debateu com senadores a questão do teto dos servidores municipais e estaduais

– afirmou.

Segundo Sarney, as discussões vão começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a reforma da Previdência inicia sua tramitação na Casa, e o Senado terá oportunidade de ouvir todos os interessados em modificações no texto da Câmara antes de tomar sua decisão.

– O Senado sempre tem uma posição de equilíbrio, vai examinar o tema dentro do inte-

resse nacional, e, sem dúvida alguma, fará o que for melhor para o país – enfatizou.

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), considerou a reunião importante para abrir a discussão. “O ministro Berzoini sabe que a Casa é soberana para mudar ou não mudar”, afirmou. Já o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), observou que a reunião foi apenas a primeira, pois ainda não há consenso, especialmente na

questão do subteto.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a realização de audiências públicas na CCJ para ouvir os representantes dos servidores e expressou sua preocupação com o subteto dos funcionários de carreira vinculado aos salários dos governadores e vereadores.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), expressou otimismo quanto à aprovação, sem emendas, do texto que virá da Câmara, “até porque muitos senadores foram governadores ou acompanharam de perto as dificuldades dos estados, fortemente comprometidos pela inadequação da Previdência”.

Visita de reitores

Acompanhados do deputado Dr. Pinotti (PMDB-SP), ex-reitor da Unicamp, os reitores José Carlos Souza Trindade, da Universidade Estadual Paulista; Adolpho José Melfi, da USP; e Carlos Henrique de Brito Cruz, atual reitor da Unicamp, pediram ontem ao senador José Sarney mudanças na proposta de reforma da Previdência. A matéria ainda será votada em segundo turno na Câmara antes de ser enviada ao Senado.

Pedofilia deve ser crime hediondo, defende procurador na CPI



Célio Azaveito

CRIMES Procuradores relataram à senadora Patrícia Saboya (de branco) os diversos casos de exploração sexual na Paraíba

O procurador Marinho Mendes Machado, do Ministério Público da Paraíba, defendeu ontem, em audiência pública na CPI Mista da Exploração Sexual, a tipificação do crime de pedofilia e sua transformação em crime hediondo. Ele relatou casos de exploração sexual em várias cidades paraibanas, desde crianças de seis anos sendo obrigadas a praticar sexo até crianças compradas por R\$ 0,30 ou por um *dindim* (picolé caseiro).

– O crime de pedofilia não existe e atualmente se usam outros termos, como grave ameaça, atentado violento ao

pudor, estupro, corrupção de menores, sedução. Mas nem todos os casos são cobertos por essas variantes – explicou.

O procurador criticou a falta de integração da polícia com o Ministério Público e as organizações não-governamentais nas investigações. Mendes Machado citou vários locais onde há prostituição infantil, desde a capital João Pessoa até Campina Grande e cidades menores como Sapé, Cabedelo, Guarabira, Santa Rita e Araçagi.

Mendes Machado denunciou o recebimento de propinas por parte de policiais para não reprimir a prostituição, culpando

a pobreza, a ausência do Estado, o consumismo, as drogas e a violência doméstica pelo problema.

O também procurador João Manoel de Carvalho contou caso ocorrido em Patos (PB), em 2002, em que 15 menores eram exploradas por integrantes da alta sociedade local. Quatro pessoas foram indicadas pela exploração sexual.

A presidente da comissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), elogiou o trabalho do Ministério Público e lembrou que cada dia cresce mais a responsabilidade de cada participante da CPI.

Palocci e Mantega falam sobre dívida

A Subcomissão da Dívida Pública decidiu em sua primeira reunião, ontem, convidar os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, para que eles falem sobre a dívida pública brasileira e respondam a perguntas dos senadores. A subcomissão é presidida pelo senador César Borges (PFL-BA), tem como relator Ney Suassuna (PMDB-PB) e



Borges preside Subcomissão da Dívida Pública

como vice Fernando Bezerra (PTB-RN). Na mesma reunião, os senadores convidaram os governadores Eduardo Braga (Amazonas), Germano Rigotto (Rio Grande do Sul), Rosinha Matheus (Rio de Janeiro) e Aécio Neves (Minas Gerais) para falar sobre os problemas que enfrentam no pagamento de suas dívidas junto ao governo federal.

Royalties de mineração podem mudar

Em depoimento à Subcomissão de Extração Mineral da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, Giles Carriçonde Azevedo, reconheceu ontem a necessidade de alterar as alíquotas e a base de cobrança da Compensação Financeira pela Extração Mineral.

Azevedo admitiu que não foram realizados estudos técnicos para fixação da alíquota da contribuição e defendeu que o Congresso reveja a legislação.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), vice-presidente da subcomissão, disse que o maior problema do setor está na falta de clareza.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antônio Cedraz Nery, que também tomou parte da audiência pública, traçou um quadro pessimista da atual situação do órgão que dirige, desde a falta de pessoal qualificado até a total ausência de recursos.

Sarney convidado para reunião de cúpula

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper, que veio convidar o senador para participar de um encontro de cúpula destinado a discutir a governabilidade na América Latina, de 26 a 28 de novembro em Biarritz, na França, e terá como título "América Latina, a governabilidade ameaçada".

De acordo com o ex-presidente, Sarney se mostrou interessado em participar do encontro, que deve ter a pre-

sença de dez outros ex-presidentes latino-americanos, 25 jovens políticos da região e 35 líderes europeus.

México

Sarney também recebeu ontem as senadoras Cecília Romero e Leticia Burgos, integrantes da Comissão de Relações Exteriores para a América Latina do Senado do México, que vieram conversar sobre a criação de um grupo de parlamentares dos dois países. Elas estavam acompanhadas da embaixadora do México no Brasil, Cecília Soto.



José Cruz

Viegas diz ao Senado que incidente do avião francês está encerrado

Ministro da Defesa admite na CRE que é preciso aumentar presença das Forças Armadas na Amazônia

Em depoimento à Comissão de Relações Exteriores, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, considerou encerrado o episódio do avião francês que, entre os dias 9 e 13 de julho, realizou uma tentativa malograda de resgatar a senadora da Colômbia, Ingrid Bettancourt, das mãos dos guerrilheiros colombianos da facção Farc.

– Depois de receber uma nota enérgica do Itamaraty, o chanceler francês lamentou oficialmente o episódio, prometendo envidar todos os esforços para impedir que operações semelhantes se repitam.



RESGATE Viegas (D) garantiu que França desculpou-se pelo episódio

Em linguagem diplomática, isso equivale a um pedido formal de desculpas – explicou.

Viegas garantiu que a inteligência do Exército, em operação conjunta com a Polícia Federal, promoveu, na ocasião, uma minuciosa varredura na região sem constatar presença de guerrilheiros colombianos.

O ministro reconheceu a ne-

cessidade de aumentar a presença das Forças Armadas na região e pediu a colaboração dos senadores para aprovar verbas para a ampliação do projeto Calha Norte, de modo a garantir melhor defesa da região amazônica.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), autor do requerimento para a vinda do minis-

tro, considerou um "menosprezo do governo francês ao Brasil" enviar um avião militar a Manaus (AM) sem informar ao governo brasileiro as reais intenções de seus tripulantes.

Ele concordou com o ministro sobre a necessidade de se ampliar o projeto Calha Norte e prometeu ajudar na aprovação de mais verbas na Comissão Mista de Orçamento.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), "foi uma operação desastrosa e uma grande gafe diplomática do governo francês", por sorte sem maiores conseqüências.

Vieira de Mello

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os senadores ontem a apoiarem requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RJ) indicando o nome do embaixador Sérgio Vieira de Mello para disputar o Prêmio Nobel da Paz.

Mesquita Júnior protesta contra desestabilização de ministro

"Deixem o ministro Roberto Amaral trabalhar em paz e produzir para o Brasil", alertou ontem o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC). Segundo ele, "grupelhos que sempre fizeram do ministério fonte de satisfação das suas ambições pessoais e arrogantes posturas pseudocientíficas"



Mesquita Júnior: "grupelhos" fazem falsas acusações

estão empenhados em desestabilizar o ministro com acusações de inoperância, falta de vi-

são e desmantelamento do setor.

Mesquita Júnior listou diversas iniciativas do ministro, como a criação da Rede Nacional de Nanociência e Nanotecnologia; a implementação de um programa que vai dotar as escolas públicas de ensino médio de laboratórios para o ensino de ciência; e a criação de 900 novas bolsas de mestrado e doutorado.

Subcomissão ouvirá ministros sobre portadores de deficiências

A Subcomissão Temporária da Pessoa Portadora de Necessidades

Especiais decidiu ontem realizar audiências públicas com os diferentes ministérios para tomar conhecimento do orçamento, planejamento e programas voltados às pessoas com deficiência física. A primeira audiência deverá ocorrer em 15 dias e ouvirá o ministro do Planejamento, Guido Mantega. O objetivo é discutir a possibilidade de inclusão no Orçamento 2004 e no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de projetos de atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Também deve ser discutida com os ministros a criação de um órgão voltado à questão dos portadores de necessidades especiais dentro de cada ministério. O presidente da subcomissão, senador Flávio Arns (PT-PR), disse que, sem isto, fica muito difícil se pensar uma política que beneficie os deficientes. Pelo cronograma revelado pelo relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), serão convocados também os ministros da Educação, da Saúde, da Assistência e Promoção Social, do Trabalho e Emprego, e, em uma mesma audiência, os ministros do Turismo, Transportes, Esporte e Cultura.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti